

CONTINUIDADE OU RUPTURA ENTRE FORDISMO E TOYOTISMO?

Considerações acerca das transformações gerenciais e técnicas da estrutura produtiva do capital

Elida Janaina Barbosa Rodrigues¹

RESUMO

Este trabalho analisa as transformações ocorridas na estrutura produtiva capitalista no decorrer do século XX, bem como a discussão sobre a continuidade ou ruptura entre os padrões de produção fordista e toyotista. Ambas as vertentes trazem em seu bojo conseqüências para o debate acerca da interpretação da categoria trabalho na sociedade contemporânea. Assim, entender as modificações gerenciais e técnicas da estrutura produtiva da sociedade capitalista sob a ótica da continuidade ou ruptura entre fordismo e toyotismo pode anular, ou não, as categorias mais basilares da obra marxiana a respeito do trabalho como categoria fundante do mundo dos homens.

Palavras-chave: fordismo, toyotismo, reestruturação produtiva, trabalho.

ABSTRACT

This study analyzes the occurred transformations in the capitalist productive structure in elapsing of century XX, as well as the quarrel on the continuity or rupture it enters the standards of fordist and toyotist production. Both the sources bring in its bulge consequences for the debate concerning the interpretation of the category work in the society contemporary. Thus, to understand the managerial modifications and techniques of the productive structure of the capitalist society under the optics of the continuity or rupture between fordism and toyotism can annul, or not, the categories most fundamental of the Marx's workmanship regarding the work as important category of the world of the men.

Keywords: fordism, toyotism, productive reorganization, work.

1. INTRODUÇÃO

De modo geral, todos os teóricos que estudam os impactos da reestruturação produtiva sob a gerência da força de trabalho concordam que as inovações tecnológicas modificaram de alguma forma a configuração da organização do trabalho na atualidade.

¹ Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). ina_barbosa@hotmail.com



Porém, dentre estes teóricos, há pelo menos duas formas de interpretar estas modificações. Uma primeira, na qual apontam uma ruptura radical entre fordismo e toyotismo. A segunda vertente interpretativa afirma, ao contrário, que há muito mais linhas de continuidade do que de ruptura entre fordismo e toyotismo. Neste trabalho, buscaremos expor a argumentação de alguns autores acerca destas vertentes, bem como os rebatimentos destas transformações gerenciais e técnicas sob a força de trabalho proletária.

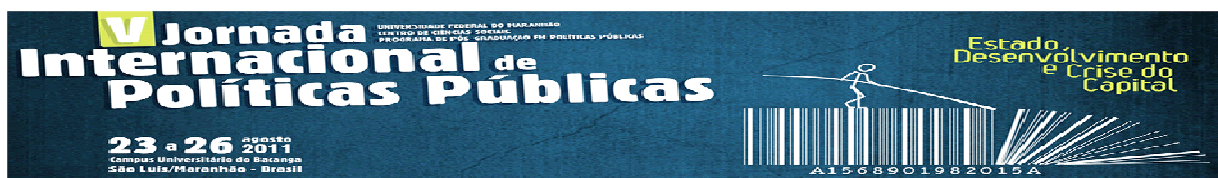
2. CONTINUIDADE OU RUPTURA ENTRE FORDISMO E TOYOTISMO? CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS TRANSFORMAÇÕES GERENCIAIS E TÉCNICAS DA ESTRUTURA PRODUTIVA DO CAPITAL

Ao longo de seu processo de estruturação e desenvolvimento, foram muitas as facetas assumidas pelo modo de produção capitalista na intenção de manter a sua lógica auto-expansiva de acumulação de capitais. No decurso do século XX, não foram poucas as modificações gestadas na base econômica, empreendidas pelo capital, no intuito de manter suas taxas de acumulação em níveis ascendentes. Destacam-se, neste período, os padrões de produção fordista/taylorista e o toyotista.

Desenvolvido no início do século XX, o fordismo/taylorismo foi o padrão de produção pioneiro deste período na tentativa de manter as taxas de lucratividade do capital elevadas. Este padrão de produção fordista/taylorista generalizou-se, assim, como alternativa na recuperação do sistema, que havia entrado em crise no ano de 1929². A alternativa encontrada pelo capital foi o fomento de um mercado cada vez mais apto ao consumo em massa, principalmente nos Estados Unidos.

No fordismo/taylorismo, quase todas as etapas do processo produtivo eram realizadas dentro da própria fábrica, com exceção de alguns setores, como o de autopeças, cujo fornecimento dependia de produtores externos. Neste sentido, as técnicas da gerência científica desenvolvidas por Taylor foram de extrema importância, na

² Também conhecida como Grande Depressão, esta crise econômica que teve início no ano de 1929 e perdurou até a década de 1930, terminando apenas com a II Guerra Mundial. Teve como marco a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 24 de Outubro de 1929.

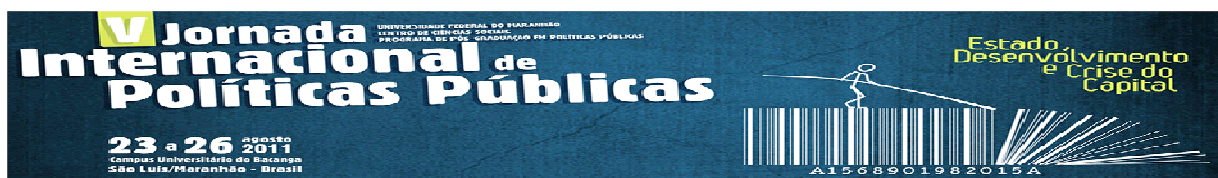


medida em que racionalizaram “ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o ‘desperdício’ na produção, reduzindo o *tempo* e aumentando o *ritmo* de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração” (ANTUNES, 2006, p. 37, grifos do autor). O fordismo/taylorismo fragmentou o trabalho em suas partes mais essenciais, decompondo as tarefas realizadas por cada trabalhador, reduzindo a atividade destes a movimentos repetitivos, e cuja somatória resultava na produção do veículo completo. Assim, o operário perdia a destreza no trabalho, tornando-se apenas um acessório da máquina. Este processo tinha a clara intenção de dotar “o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho” (ANTUNES, 2006, p. 37, grifos do autor). Concomitante à generalização do fordismo/taylorismo logo após a grande depressão de 1929, desenvolveu-se o modelo de Estado intervencionista, conhecido como Estado de Bem-Estar Social, *Welfare State*, ou ainda, Estado-Providência. Diante deste binômio fordismo/Estado de Bem-Estar Social, o capital requeria o aumento do consumo – para justificar a produção de artigos em massa.

Todas as medidas econômicas, sindicais e políticas garantiram a reprodução do capital em escala ascendente, pelo menos em curto prazo. As economias dos Estados Unidos e da Europa conheceram taxas de crescimento consideráveis nas três décadas que se seguiram ao fim da II Guerra Mundial. Somente ao fim dos anos 60 e início dos anos 70 que este modelo de produção começou a dar sinais de esgotamento, já que “o gargalo continuava sendo o fato de a produção aumentar mais aceleradamente que o consumo [...]” (LESSA, 2007, p. 283). Como resposta ao exaurimento do padrão de produção fordista/taylorista, o capital iniciou um processo de reorganização de seu sistema econômico, ideológico e político de dominação,

[...] cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal (...); a isto se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumento necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2006, p. 31, grifos do autor).

Este modelo toyotista foi desenvolvido pelo engenheiro Taichi Ohno quando da tentativa de adaptar o fordismo às peculiaridades da produção japonesa de carros na indústria Toyota, ainda nos anos de 1950. O toyotismo tem como característica principal a



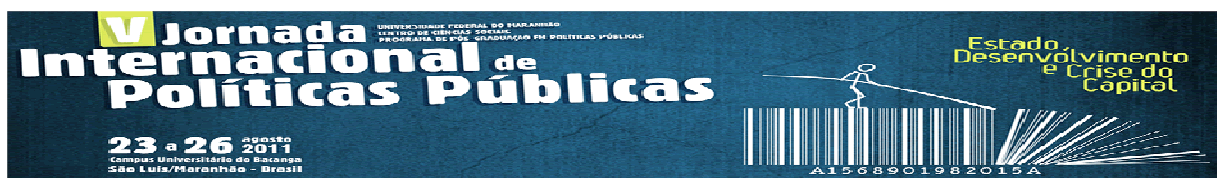
inexistência de estoques, sendo a produção determinada pela demanda do mercado. Foi subsidiado pelo Estado Neoliberal.

Neste contexto das mudanças gerenciais e técnicas da estrutura produtiva da sociedade capitalista, ocorridas a partir do começo do século XX e explicitadas aqui, observamos duas vertentes de interpretação destas mudanças, vertentes estas radicalmente opostas entre si e que deságuam na forma como os teóricos delas partidários compreendem a categoria trabalho hoje. A primeira vertente caracterizou-se pela afirmação de que entre o fordismo e o toyotismo haveria uma ruptura de grandes proporções, que levaria à fusão entre trabalho manual e intelectual e entre trabalho produtivo e improdutivo. A segunda vertente, surgida já no século XX e que se fundamentou principalmente na obra marxiana, afirma que entre fordismo e toyotismo existem muito mais linhas de continuidade do que de ruptura.

Voltando às origens deste debate, nos deparamos com a polêmica posta nos anos de 1960, e que na época era uma questão a ser investigada, de que o trabalho e o proletariado estariam desaparecendo. Atualmente, porém, a tese do desaparecimento do trabalho e do proletariado virou senso comum entre as ciências humanas. Ainda, o referencial teórico marxiano foi se perdendo ao longo dos anos, e após a década de 1970 espalhou-se a afirmação de que haveria em Marx uma confusão quanto à definição de categorias fundamentais de seu pensamento, tais como as categorias trabalho, trabalho produtivo e improdutivo, e classes sociais. Tornando-se rara qualquer abordagem mais cuidadosa dos textos de Marx, os autores deste período tomaram a via de reconstruir o pensador alemão, usando do artifício (pouco confiável) de contrapor os manuscritos ao texto definitivo e revisado por Marx do volume I de *O Capital*. A primeira onda de debates sobre o desaparecimento do proletariado, bem como sobre a imbricação entre trabalho manual e intelectual, produtivo e improdutivo, fomentado a partir das transformações na esfera da produção material, ganhou diferentes interpretações³, e teve como aglutinador do debate André Gorz, já na década de 1980.

Faz-se necessário, portanto, clarificar os conceitos marxianos. Deste modo, para Marx (*apud* LESSA, 2007, p. 131), o trabalho é

³ Para ver as concepções anteriores ao pensamento de André Gorz a respeito do fim do proletariado, cf. Lessa (2007).



Antes de tudo, (...) um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nele adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (...) [Diferente do que ocorre no mundo animal] o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente.

Mas esta definição de trabalho diz respeito ao trabalho em geral, tomado em abstrato. Esta definição de trabalho, descrita acima, não considera ainda a divisão do trabalho instituída sob a lógica do modo capitalista de produção, e, portanto, é insuficiente para caracterizar o trabalho no capitalismo. Ao tratar do trabalho em geral, diz Marx (*apud* LESSA, 2007, p. 148) que

Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. (...) Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une trabalho intelectual com o trabalho manual.

Isto quer dizer que na análise do trabalho tomado em abstrato, trabalho manual e intelectual estão unidos, são realizados pelo mesmo indivíduo no processo de intercâmbio com a natureza. Mais tarde, com o surgimento e consolidação do modo de produção capitalista, trabalho manual e intelectual separaram-se “até se oporem como inimigos” (MARX, *apud* LESSA, 2007, p. 148), relação em que o trabalho intelectual tem a clara função de manter a dominação e a exploração que é exercida sobre os trabalhadores manuais. Para Marx, portanto, é inconteste que a categoria trabalho implica intercâmbio orgânico entre homem e natureza.

Dado o antagonismo entre capital e trabalho, bem como o crescimento dos meios de produção em relação à necessidade de maior controle sobre a utilização da força de trabalho, “há uma crescente necessidade por funções de controle e por pessoal especializado que as executem” (LESSA, 2007, p. 157). Surge, assim, “a função de supervisão direta e contínua do trabalhador individual ou de grupos de trabalhadores a



uma espécie particular de trabalhadores assalariados” (MARX, *apud* LESSA, 2007, p. 158). Esta função de supervisão de uma espécie particular de trabalhadores assalariados expressa nitidamente a separação entre trabalho manual e intelectual, personifica o capital dentro do processo produtivo e *não faz parte do trabalhador coletivo*, tal qual afirmam os teóricos que acreditam haver uma ruptura de grandes proporções entre fordismo e toyotismo. Isto porque não há como considerar os trabalhadores técnico-científicos como pertencentes à categoria de trabalho produtivo. Além destes trabalhadores técnico-científicos personificarem a separação entre trabalho manual e intelectual, a função de controle que exercem, sustentada pela hierarquia da fábrica, é uma função distinta daquela exercida pela classe que produz, ou auxilia na produção da riqueza material da sociedade. Devemos, assim, deixar claro que todo trabalhador coletivo é necessariamente produtivo (de mais-valia); é por este motivo que se encontra dentro do trabalhador coletivo tanto o trabalho – relação homem *versus* natureza – quanto as outras práxis sociais que são funcionais à reprodução do capital. Ou seja, todo trabalhador produtivo produz mais-valia, sem, necessariamente, produzir o conteúdo material da riqueza social. Porém, aqueles trabalhadores assalariados que não produzem mais-valia, mas que são funcionais à reprodução do capital, enquadram-se numa categoria particular de trabalhadores, os chamados trabalhadores improdutos. Não há, portanto, como haver uma imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo, manual e intelectual, mesmo diante das transformações gerenciais e técnicas da estrutura produtiva da sociedade ocorrida a partir do século XX, com o advento do fordismo e do toyotismo.

Para Lessa (2007), o fato de o capitalista tentar sobrecarregar o operário com atividades que vão além da pura produção da riqueza material através da transformação da natureza não significa, necessariamente, que esteja havendo uma imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo, cancelando as distinções entre ambos os conceitos, já apontados aqui, da obra marxiana. De acordo com o referido autor, “o fato de um operário ser obrigado a cumprir tarefas produtivas e improdutivas não as faz idênticas, nem muito menos significa que uma incorpore a outra. Significa apenas que o trabalhador está sendo mais intensamente explorado” (LESSA, 2007, p. 82). Desta forma, o que vai distinguir o trabalho produtivo do improdutivo é a função social que ambos exercem – de produzir ou não mais-valia, respectivamente –, e não a personificação deste ou daquele tipo de trabalho no processo produtivo.

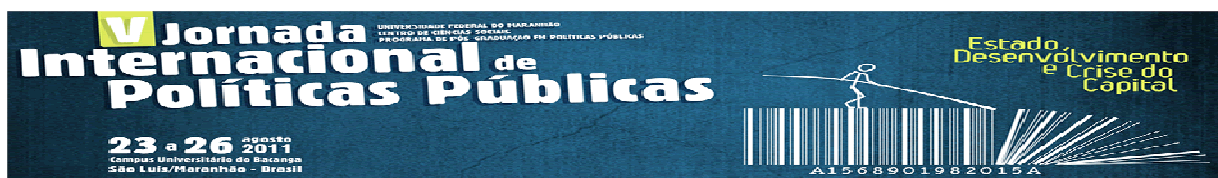


Apesar das transformações gerenciais e técnicas da estrutura produtiva da sociedade a partir da segunda metade do século XX, que modificaram a operacionalização da forma como os homens produzem a riqueza material, não há qualquer argumento a favor da tese de que estas modificações “tornaram anacrônica a categoria marxiana de trabalho, tal como definida em *O Capital* (...)” (LESSA, 2007, p. 297). As modificações observadas na esfera da reprodução e acumulação do capital apenas aceleraram a sua circulação e aumentaram a exploração do trabalho. Porém, estas modificações não anularam o fato de que toda a riqueza material da sociedade ainda é produzida através do intercâmbio do homem com a natureza.

Neste sentido, fora do intercâmbio orgânico com a natureza não há possibilidade de produção de uma riqueza social nova. Assim, a produção da mais-valia apenas converte a riqueza material que foi produzida pelo proletariado e que se encontra espalhada na sociedade, em capital concentrado nas mãos de poucos capitalistas. As modificações gestadas na forma como os homens produzem a riqueza material da sociedade a partir da segunda metade do século XX não abriram espaço para a produção de um *quantum* novo de riqueza dissociado da esfera do intercâmbio orgânico com a natureza. Estas modificações proporcionaram “apenas a conversão da forma dinheiro para a forma capital da riqueza já expropriada do proletariado” (LESSA, 2007, p. 298).

Do mesmo modo, o trabalho intelectual – seja ele convertido em trabalho abstrato ou não, ou seja, reduzido à mercadoria sob a lógica do capital ou não – também não produz riqueza material, e este princípio é válido tanto para os modos de produção precedentes quanto para o modo de produção atual. O mais próximo que o trabalho intelectual pode chegar da produção da riqueza material é servir para o controle direto da produção, mas nunca para a produção em si. O trabalho intelectual submetido à lógica produtivista do capital nunca intervirá diretamente na produção da riqueza material.

Porém, Lessa (2007, p. 299) ressalta que na década de 80 surgiram importantes pesquisas que se confrontavam com as teses segundo as quais as novas tecnologias seriam responsáveis pela ruptura radical com o passado, “quer pela abolição do trabalho, quer pela superação da divisão entre trabalho manual e o trabalho intelectual, quer pela fusão entre o trabalho produtivo e o improdutivo”. Lessa (2007) aponta ainda ser sintomático dos processos ideológicos em curso que os teóricos dos anos 80 não incorporaram tais argumentos contrários à tese de ruptura entre fordismo e toyotismo.



Entre as pesquisas que apontam linhas de continuidade entre fordismo e toyotismo temos, então, duas que tratam mais diretamente dos fundamentos ontológicos da reprodução da sociedade capitalista, quais sejam a *Ontologia*, de Lukács, e os resultados parciais do que seria, mais adiante, a obra *Para Além do Capital*, de Mészáros. Para Lessa (2007, p. 299), estas obras trouxeram

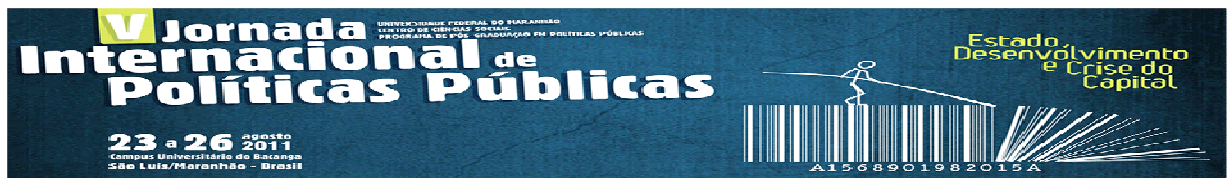
[...] elementos mais do que suficientes para se argumentar que o trabalho continua a categoria fundamental do capitalismo de nossos dias e que, enquanto não for superado o sistema do capital, não há qualquer possibilidade de fusão do trabalho produtivo com o improdutivo, nem da superação da oposição “como inimigos” de classe do trabalho intelectual com o manual.

As indicações que aqui foram desenvolvidas evidenciam que há muito mais linhas de continuidade do que de ruptura entre o fordismo e o toyotismo. Consolidar os argumentos da tese de continuidade entre fordismo e toyotismo faz-se importante na medida em que repousa na tese oposta – de que há, na verdade, uma ruptura entre fordismo e toyotismo – boa parte dos estudos cujo tema é a separação entre trabalho manual e intelectual, ou ainda, que as características do trabalho produtivo e o improdutivo estariam fundindo-se. A tese que afirma a ruptura entre fordismo e toyotismo cancela a distinção entre proletários e demais trabalhadores assalariados e, assim, nega os preceitos mais elementares da teoria marxiana.

3. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho pudemos constatar que a recessão do capital impôs ao sistema uma reestruturação nos padrões gerenciais e técnicos da estrutura produtiva da sociedade, modificando, ao mesmo tempo, o perfil das relações entre capital e força de trabalho.

No bojo destas modificações, alguns teóricos entendiam haver uma ruptura entre fordismo e toyotismo; outros percebiam haver mais linhas de continuidade que de ruptura entre ambos. Ao longo da pesquisa identificamos, pois, que os teóricos que afirmam haver uma ruptura entre fordismo e toyotismo renegam os fundamentos do pensamento marxiano a respeito da categoria trabalho, caindo na afirmação de que, atualmente,



trabalho manual estaria fundindo-se com o trabalho intelectual, ou ainda, que estariam desaparecendo as distinções entre trabalho produtivo e improdutivo.

Vimos, assim, que a partir da década de 1980 surgiram pesquisas que se confrontaram com as teses de ruptura entre fordismo e toyotismo. Neste sentido, notamos que a afirmação de que há uma ruptura de grandes proporções entre fordismo e toyotismo cancela a distinção entre proletários e demais trabalhadores assalariados. Isto acontece porque uma vez que a distinção entre trabalho manual e intelectual, produtivo e improdutivo estaria extinguindo-se, não haveria mais separação entre aqueles que comandam e aqueles que executam as tarefas de produção da riqueza material. Ao contrário disto, as teses marxianas mostram-se, ainda hoje, atuais. Somente o proletariado é a classe que produz a riqueza material da sociedade, e, portanto, é a classe não-parasitária deste modo de produção. Todos os demais trabalhadores assalariados expropriam a riqueza produzida a partir da transformação da natureza, que é realizada pelo proletariado. É por isto que somente o proletariado pode ser considerado, mesmo hoje, com todas as transformações na estrutura produtiva do capital, a única classe verdadeiramente revolucionária do capitalismo.

4. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. 261 p.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007. 359 p.